

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ/MF nº 58.768.284/0001-40

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 618 - Torre B - Lado A - 3º andar - Campos Eliseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP


PORTO SEGURO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Vida e Previdência S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

NOSSO DESEMPENHO

• Rendas de contribuições e prêmios

As receitas com rendas de contribuições e prêmios totalizaram em 2018 R\$ 506,8 milhões, com aumento de R\$ 21,0 milhões ou 4,3% em relação ao ano anterior.

• Provisões técnicas - seguros e previdência complementar

As provisões técnicas totalizaram em 2018 R\$ 5.059,2 milhões, crescimento de 7,8% em relação ao ano anterior.

• Despesas administrativas e com tributos

As despesas administrativas e com tributos totalizaram em 2018 R\$ 37,8 milhões, com aumento de R\$ 0,8 milhão ou 2,2% em relação ao ano anterior.

• Resultado financeiro

As receitas financeiras totalizaram em 2018 R\$ 357,3 milhões, com redução de 37,8 milhões ou 9,6% em relação ao ano anterior devido à redução nas receitas com aplicações financeiras em R\$ 36,8 milhões, ou 9,4%. As receitas financeiras com aplicações em fundos especialmente constituídos - PGBL totalizaram em 2018 R\$ 281,1 milhões e R\$ 345,6 milhões no ano anterior.

As despesas financeiras totalizaram em 2018 R\$ 341,6 milhões, com redução de R\$ 31,7 milhões ou 8,5% em relação ao ano anterior.

• Lucro (prejuízo) líquido e por ação

Em 2018 totalizou um prejuízo de R\$ 5,2 milhões comparado com o prejuízo

de R\$ 4,6 em 2017. O prejuízo por ação foi de R\$ 1,20 em 2018 comparado com o prejuízo por ação de R\$ 1,05 em 2017.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca atender seus públicos de interesse.

A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (www.portoseguro.com.br/ri) e na edição de 27 de fevereiro de 2019 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2018 foi marcado pela retomada da atividade doméstica, que teve uma leve frustração diante das expectativas iniciais, com o PIB de 2018 devendo mostrar uma expansão de cerca de 1,3%. Uma longa e ampla paralisação dos caminhoneiros e as incertezas relacionadas com o pleito presidencial também acabaram por comprometer a confiança de consumidores e investidores, comprometendo as decisões de consumo e investimento, respectivamente.

Diante da grande ociosidade dos fatores de produção, com destaque para a elevada taxa de desemprego, o espaço para pressões inflacionárias derivadas da desvalorização cambial registrada no ano mostrou-se bastante limitado, permitindo ao COPOM reduzir a taxa SELIC para a mínima histórica (6,5%) e ainda assim encerrar o ano com o IPCA ao em torno de 3,7%, abaixo, portanto, do centro da meta inflacionária (4,5%).

No cenário político, o ano terminou dominado pela expectativa de que a nova gestão federal promova o necessário avanço da agenda de reformas fiscais, com destaque para a do sistema previdenciário, ainda mais necessária em meio a um ambiente internacional cada vez mais desafiador.

A indústria de seguros, por sua vez, apresentou crescimento de 6,6% em 2018 (prêmios de seguro, segundo a SUSEP), acima dos níveis observados nos últimos anos, principalmente devido ao mercado de automóveis ter acelerado sua recuperação, com aumento de 14,6% na venda de veículos novos (vs. 2017). A sinistralidade observada no geral teve redução, ocasionada principalmente pela queda nos números de roubos e furto no país.

Para 2019, espera-se a continuidade da estabilização da taxa SELIC e da inflação e deverá marcar a consolidação da retomada do crescimento econômico, aumentando as oportunidades para o setor e para a Companhia.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2019

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa		Passivo e patrimônio líquido	
	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Circulante	5.076.520	4.707.529	731.792	609.246
Disponível	2.047	2.053	13.618	6.724
Caixa e bancos	2.047	2.053	6.184	2.370
Equivalentes de caixa	6	195.965	6.825	3.684
Aplicações	7	4.844.446	453	444
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.451	5.682	63	-
Prêmios a receber	2.451	5.442	93	226
Operações com resseguradoras	-	240	-	-
Créditos das operações com previdência complementar	3.272	7.838	1.373	1.358
Valores a receber	3.272	7.838	450	546
Outros créditos operacionais	1.315	582	856	700
Ativos de resseguro - provisões técnicas	475	1.011	67	112
Títulos e créditos a receber	12.751	6.625	10	9.638
Títulos e créditos a receber	4.068	3.248	11	342.318
Créditos tributários e previdenciários	8.677	3.372	Danos	21.394
Outros créditos	6	5	Pessoas	88
Despesas antecipadas	1	1	Vida individual	17.381
Custos de aquisição diferidos	8	13.797	14	303.455
Seguros	10.185	9.883	12	364.845
Previdência	3.612	4.441	11	1.957.238
Não circulante	171.092	154.237	4.369.998	4.106.880
Realizável a longo prazo	157.051	139.852	Contas a pagar	9.525
Aplicações	7	134.584	Obrigações a pagar	159
Títulos e créditos a receber	18.700	15.964	Tributos diferidos	9.366
Créditos tributários e previdenciários	8.214	5.808	Provisões técnicas - seguros	11
Depósitos judiciais e fiscais	10.465	10.121	Danos	71.805
Outros créditos operacionais	21	35	Vida individual	22.230
Custos de aquisição diferidos	8	3.767	Vida com cobertura por sobrevivência	1.863.203
Seguros	2.543	2.248	Provisões técnicas - previdência complementar	12
Previdência	1.224	1.574	12	2.394.845
Imobilizado	9	14.041	14	145.822
Imóveis de uso próprio	14.041	14.385	Capital social	99.578
			Reservas de reavaliação	5.248
			Reservas de lucros	32.155
			Ajuste de avaliação patrimonial	8.841
			Prejuízos acumulados	-
				(4.473)
Total do ativo	5.247.612	4.861.766	Total do passivo e patrimônio líquido	5.247.612

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2016		99.578	5.504	45.014	144	-	150.240
Ajustes de avaliação patrimonial	14 c	-	-	-	3.687	-	3.687
Reserva de reavaliação:							
Realização		-	(146)	-	-	146	-
Majoração da alíquota CSLL		-	(391)	-	-	-	(391)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(4.619)	(4.619)
Dividendos intermediários (R\$ 0,75 por ação)	14 d	-	-	(3.277)	-	-	(3.277)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017		99.578	4.967	41.737	3.831	(4.473)	145.640
Absorção prejuízos acumulados - exercício anterior		-	-	(4.473)	-	4.473	-
Ajustes de avaliação patrimonial	14 b	-	-	-	5.010	-	5.010
Reserva de reavaliação:							
Realização		-	(133)	-	-	133	-
Outros		-	414	-	-	-	414
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(5.242)	(5.242)
Absorção prejuízos acumulados do exercício		-	-	(5.109)	-	5.109	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2018		99.578	5.248	32.155	8.841	-	145.822

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 23 de dezembro de 1986 e localizada na Avenida Rio Branco, 1.489 em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração das operações de seguro dos ramos de pessoas, vida individual, vida com cobertura de sobrevivência, bem como a instituição e exploração de planos de previdência privada nas modalidades de pecúlio e renda em todo território nacional, conforme legislação vigente. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Cia de Seguros Gerais e indireta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3. **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no período de 2018 alterações nas políticas contábeis relevantes. **2.1 Base de Preparação:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos financeiros, (ii) das provisões técnicas e (iii) da realização dos impostos diferidos. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser afetada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, principalmente na determinação das provisões técnicas. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios em curso normal. Todas as informações relevantes

das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 15 de fevereiro de 2019. **2.1.1 Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações. As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 4 de fevereiro de 2019. **2.2 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. **2.3 Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos Financeiros: (a) Mensuração e classificação:** A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Rendas de contribuições e prêmios	15	506.777	485.736
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(507.017)	(476.184)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		(240)	9.552
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		36.911	32.839
Varição de outras provisões técnicas		(6.996)	(21.765)
Benefícios retidos		(29.874)	(29.423)
Custos de aquisição		(6.158)	(6.607)
Prêmios emitidos		36.506	41.315
Contribuições para cobertura de riscos		16.945	18.428
Variáveis das provisões técnicas de prêmios		(2.069)	(533)
Prêmios ganhos	16	51.382	59.210
Renda com taxa de emissão de apólices		2.780	2.539
Sinistros ocorridos	17	(19.049)	(24.567)
Custos de aquisição		(14.563)	(12.666)
Outras receitas e despesas operacionais		(2.685)	(5.099)
Resultado com operações de resseguro		(771)	(1.024)
Receita com resseguro		1.502	1.082
Despesas com resseguro		(2.273)	(2.106)
Despesas administrativas	18	(32.808)	(32.303)
Despesas com tributos		(4.992)	(4.680)
Resultado financeiro	19	15.680	21.780
Resultado patrimonial		4.469	4.936
Resultado operacional		(6.914)	(7.278)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(72)	(1)
Resultado antes dos impostos e participações		(6.986)	(7.279)
Imposto de renda	20	1.948	1.684
Contribuição social	20	490	1.506
Participações sobre o lucro		(694)	(530)
Prejuízo do exercício		(5.242)	(4.619)
Quantidade de ações (mil)		4.379	4.379
Prejuízo por ação - R\$		(1,20)	(1,05)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Prejuízo do exercício	(5.242)	(4.619)
Outros resultados abrangentes	5.010	3.687
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	8.400	6.707
Efeitos tributários	(3.360)	(3.016)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(50)	(7)
Efeitos tributários	20	3
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	(232)	(932)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(5.242)	(4.619)
Ajustes para:		
Depreciações	344	345
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(405.588)	(669.213)
Créditos das operações com seguros e resseguros	3.231	(3.953)
Créditos das operações com previdência complementar	4.566	(4.553)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	536	(55)
Créditos fiscais e previdenciários	(624)	(2.851)
Ativo fiscal diferido	(2.406)	(3.527)
Depósitos judiciais e fiscais	(344)	302
Despesas antecipadas	-	80
Custos de aquisição diferidos	582	(1.683)
Outros ativos	(1.540)	92
Impostos e contribuições	63	1.294
Outras contas a pagar	9.123	(8.663)
Débitos de operações com seguros e resseguros	15	(17)
Depósitos de terceiros	9.318	(1.881)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	198.630	489.025
Provisões técnicas - previdência complementar	168.071	260.731
Provisões judiciais	443	693
Outros passivos	5.425	11.018
Caixa consumido pelas operações:		
Impostos sobre o lucro pagos	(4.681)	(1.683)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	(20.078)	60.882
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	-	(11.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	-	(11.000)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(20.078)	49.882
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	218.090	168.208
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	198.012	218.090

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias: (i) **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação:** São classificadas nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem. (ii) **Títulos disponíveis para venda:** São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment"). (b) **Determinação de valor justo de ativos financeiros:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia: • Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto. • Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos. **2.5 Análise de Recuperação de Ativos ("Impairment"):** **2.5.1 Títulos Disponíveis para a Venda:** A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado. **2.6 Custo de Aquisição Diferido (DAC):** As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. **2.7 Ativos Não Financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment". **2.8 Contratos de Seguro e Contratos de Investimento - Classificação:** A Companhia emite contratos de seguros de vida e produtos de acumulação (previdência complementar) que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro. **2.9 Passivos de Contratos de Seguros e Previdência Complementar:** **2.9.1 Avaliação de Passivos Originados de Contratos de Seguro:** Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis. Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir: (a) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAc) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) representam o valor das obrigações assumidas com os participantes dos planos de previdência complementar das modalidades de renda e pecúlio, estruturados nos regimes financeiros de capitalização e de capitais de cobertura, bem como do seguro do ramo de vida com cobertura de sobrevivência. (b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura (pecúlios e pensões), com base nas contribuições recebidas no mês; tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo. (c) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPN-G-RVNE) é calculada para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura (pecúlios e pensões) e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. (d) A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é apurada considerando a diferença entre a aplicação das bases técnicas contratuais dos planos e a aplicação de bases técnicas realmente esperadas, como a Tábua de Mortalidade BR-EMS, em sua versão mais atualizada, adicionada de uma premissa de expectativa de aumento na longevidade, sendo os fluxos futuros descontados pela estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ), divulgada pela SUSEP (Vide nota explicativa nº 2.9.2). (e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios de previdência complementar. Essa provisão também é constituída para os planos que ainda estão em fase de contribuição, supondo uma premissa de taxa de conversão em renda futura. A provisão é calculada considerando o valor presente das despesas futuras esperadas e uma premissa realista de sobrevivência dos participantes. (f) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas. A IBNR do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina Resolução do CNSP. (g) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída em decorrência do aviso do evento ocorrido e com base nos valores de pecúlios e rendas vencidas e não pagas conforme previstos no contrato do participante. Essa provisão é ajustada pela provisão "IBNeR", com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas. (h) A Provisão de Excedente Financeiro (PEF) é calculada conforme critérios estabelecidos no contrato do participante e abrange os valores de excedentes financeiros provisionados a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano de previdência. As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial

conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais. **2.9.2 Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e normas específicas da SUSEP. Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas. Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC). **2.10 Reconhecimento de Receitas:** **2.10.1 Prêmio de Seguros:** As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.9.1(b)). **2.10.2 Contribuições de Planos de Previdência:** As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas. **2.10.3 Receita de Juros e Dividendos Recebidos:** As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. **2.11 Distribuição de Dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas. **2.12 Imposto de Renda e Contribuição Social:** Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras é constituída à alíquota de 20% e passará para 15% em 1º de janeiro de 2019 conforme Lei nº 13.169/15 (vide nota explicativa nº 20). Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. **3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. **3.1 Cálculo de Valor Justo e "Impairment" de Ativos Financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O valor total de caixa, equivalentes de caixa, aplicações, prêmios e valores a receber de segurados e de operações com previdência privada em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 5.182.765, para aos quais existem R\$ 624 de provisão para risco de crédito. **3.2 Avaliação de Passivos de Seguro e Previdência Complementar:** O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguro e previdência complementar. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. O valor total das provisões técnicas - seguro e previdência complementar em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 5.059.246. **4. GESTÃO DE RISCOS:** A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos. A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente, valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o acultamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente. Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum de alto nível na Companhia, denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem por atribuição assessorar a Alta Administração na aprovação de políticas institucionais e limites de exposição a riscos, analisar os riscos relevantes que lhe forem submetidos, assim como validar as ações de mitigação e estratégias para desenvolvimento contínuo dos processos de gestão de risco. A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias: **4.1 Risco de Crédito:** O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por: **Portfólio de investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "A" da contraparte divulgados por agências externas (S&P, Moody's e Fitch). Na ausência de "ratings" externos, a Administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essas contrapartes em seus graus de riscos ("ratings" internos), suportados por um processo de governança para devida avaliação e aprovação destas operações. Em 31 de dezembro de 2018, 76,1% (74,9% em 31 de dezembro de 2017) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired"). **4.2 Risco de Liquidez:** O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Neste contexto, estão estabelecidas regras de prazo máximo de vencimento das operações e "rating" da contraparte. Há, também, a definição de caixa mínimo em relação às projeções dos fluxos de caixa. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento. A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2018		Dezembro de 2017	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	2.047	-	193.479	-
Fluxo de 0 a 30 dias	441.358	10.448	253.483	13.743
Fluxo de 31 a 180 dias	103.909	75.431	147.121	73.840
Fluxo de 181 a 360 dias	170.936	91.732	217.245	95.436
Fluxo acima de 360 dias	4.792.424	7.807.202	4.232.662	8.773.556
Total	5.510.674	7.984.813	5.043.990	8.956.575

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes. (ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras. (iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e débitos de operações com seguros. **4.3 Risco de Mercado:** O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Pós-fixados (SELIC/CDI)	64,7%	33,9%
Inflação (IPCA/IGP-M)	24,3%	25,2%
Prefixados	5,7%	36,6%
Ações	1,9%	1,7%
Outros	3,4%	2,6%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. Adicionalmente, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade, testes de "stress" e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio. Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade da carteira de instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2018, nos termos da Instrução CVM nº 475/08:

Fator de risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(181.455)
	+ 25 b.p.	(98.972)
Índices de preços	+ 10 b.p.	(41.869)
	- 10 b.p.	41.869
	- 25 b.p.	98.972
	- 50 b.p.	181.455
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(17.214)
	+ 25 b.p.	(8.914)
	+ 10 b.p.	(3.643)
	- 10 b.p.	3.643
	- 25 b.p.	8.914
	- 50 b.p.	17.214
	± 34%	± 33.888
Ações	± 17%	± 16.944
	± 9%	± 8.472
Juros pós-fixados	± 50 b.p.	± 10.755
	± 25 b.p.	± 9.005
	± 10 b.p.	± 7.204

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3. (ii) Bruto de efeitos tributários. Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. **4.4 Risco de Subscrição:** O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento. A Companhia emite seguros de vida e contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco: (a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos. (b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.9.2). (c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos. (d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros. Cada diretoria de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos. As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem: • Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. • Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores. • Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados. • Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente. • Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável. Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível. Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Com a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.9.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências. • **Seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva:** Compreendem produtos com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de

continua →



☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Adicionalmente, para a contratação coletiva existe o risco de antisseleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento. • **Seguro de vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar:** Compreendem os produtos de Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e o Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), referente à previdência complementar, que são produtos com garantias de longo prazo, atrelado ao planejamento de aposentadoria dos participantes. Oferecem coberturas por sobrevivência, morte, invalidez e pensões em caso de morte do titular, ao passo que os parâmetros de benefício e garantias são definidos na contratação, não podendo ser alterados durante a sua vigência. • **Plano de previdência complementar tradicional:** Produtos que apresentam como principal característica a garantia de uma taxa de retorno mínima na fase de acumulação e aposentadoria. Estes produtos não são mais comercializados pela Companhia, contudo ainda existem 11,8 mil participantes com contratos vigentes nessas condições, com valor total de provisão de benefícios a conceder, em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 689.359. Apresenta risco biométrico e principalmente econômico. **Medidas para mitigação de risco:** Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios. Outras medidas importantes para mitigação de riscos incluem a contratação de resseguros e a gestão dos fluxos de ativos e passivos (ALM - "Asset Liability Management"). A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, demonstrando os impactos no resultado e no patrimônio líquido, líquidos de efeitos tributários: • Vida com cobertura por sobrevivência e previdência complementar:

Premissas atuariais	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Sinistros - aumento de 15,0 p.p.	(1.443)	(1.962)
ETTJ-SUSEP - aumento de 15,0%	(504)	(415)
Despesas administrativas - aumento de 15,0 p.p.	(37)	(16)

7. APLICAÇÕES: 7.1 Estimativa de Valor Justo: 7.1.1 Ativos Financeiros

Fundos abertos	Dezembro de 2018			Dezembro de 2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
	Cotas de fundos de investimentos.....	93.181	—	93.181	83.252	—
Fundos exclusivos						
LFTs	2.683.060	—	2.683.060	935.974	—	935.974
NTNs - B.....	525.516	—	525.516	512.081	—	512.081
NTNs - C.....	588.032	—	588.032	554.357	—	554.357
Letras financeiras - privadas	—	389.318	389.318	—	403.093	403.093
Debêntures	—	353.343	353.343	—	308.853	308.853
Ações de companhias abertas	99.685	—	99.685	80.076	—	80.076
CDBs	—	57.218	57.218	—	78.488	78.488
Cotas de fundos de investimento	—	44.804	44.804	—	29.824	29.824
NTNs - F.....	—	—	—	—	—	—
LTNs	10.289	—	10.289	1.465.465	—	1.465.465
DPGE	—	—	—	—	1.913	1.913
Total	3.906.582	844.683	4.751.265	3.547.953	822.171	4.370.124
Percentual de aplicações classificadas nesta categoria	3.999.763	844.683	4.844.446	3.631.205	822.171	4.453.376

(*) Os títulos para negociação da Companhia são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos e exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

7.1.2 Títulos Disponíveis para Venda

Carteira própria	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
	Nível 1	Nível 1
NTN - C	134.179	119.882
Total (i)	134.179	119.882
Não circulante (ii).....	134.179	119.882

Percentual de aplicações classificadas nesta categoria 3% 3%

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em dezembro de 2018 era de R\$ 118.854 (R\$ 112.957 em dezembro de 2017), gerando assim um ganho não realizado registrado em "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido de R\$ 15.325 (R\$ 6.925 em dezembro de 2017), e um efeito de R\$ 8.400 na demonstração de resultado abrangente, bruto dos efeitos tributários. (ii) A diferença para o total das aplicações refere-se aos investimentos em ações da Seguradora Líder, avaliados ao custo de aquisição, uma vez que não existem mercados ativos para essas ações, no montante de R\$ 405 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 184 em 31 de dezembro de 2017).

7.2 Movimentação das Aplicações Financeiras (*)

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Saldo inicial	4.789.479	4.068.833
Aplicações	982.324	1.289.448
Resgates	(961.058)	(968.153)
Rendimentos	355.850	392.644
Ajuste a valor de mercado	8.400	6.707
Saldo final	5.174.995	4.789.479

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.3 Taxas de Juros Contratadas: As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2018 estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Equivalentes de caixa (i)	6,37	6,87
Fundos exclusivos		
NTNs C - IGP-M	6,25	6,25
NTNs B - IPCA	5,72	5,59
Letras financeiras %CDI.....	106,84	108,91
LTNs	—	9,32

(i) Vide nota explicativa nº 6.

8. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS (DAC): O prazo médio de amortização dos custos de aquisição diferidos é de 38 meses para os planos tradicionais, 25 meses para PGBL, 29 meses para Vida Prêmio e 22 meses para VGBL, sendo os mesmos prazos de 2017.

9. IMOBILIZADO

	Movimentação Dezembro de 2018				Taxas anuais de depreciação (%)
	Saldo residual em dezembro de 2017	Despesas de depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido	
	Edificações (*)	12.565	(344)	16.406	
Terrenos.....	1.820	—	1.820	—	1.820
Imóveis de uso	14.385	(344)	18.226	(4.185)	14.041

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

10. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	De 1 a 30 dias	De 2 a 6 meses	Total
	Cobrança antecipada de prêmios.....	1.195	—
Prêmios e emolumentos recebidos	26	—	26
Outros depósitos	8.417	—	8.417
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.638	—	9.638
Saldo em 31 de dezembro de 2017	305	15	320

O prazo médio de permanência dos saldos nesta conta é de 30 dias.

4.5 Risco Operacional: O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal. A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável. Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado. **5. GESTÃO DE CAPITAL:** A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 3 anos, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de solvência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão de Riscos Corporativos monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna. A solvência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a solvência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 14 (e). **6. EQUIVALENTES DE CAIXA:** Equivalentes de caixa incluem operações compromissadas lastreadas, principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs), com vencimentos em até 3 meses.

11. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2018		Dezembro de 2017	
	Bruto de Líquido de resseguro	Bruto de Líquido de resseguro	Bruto de Líquido de resseguro	Bruto de Líquido de resseguro
PMBC e PMBaC - seguros.....	2.196.534	2.196.534	2.009.509	2.009.509
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados. Sinistros e benefícios a liquidar	83.955	83.955	72.147	72.147
Provisão complementar de cobertura (*).....	189	189	37	37
Demais provisões	7.758	7.617	6.075	5.773
2.299.556	2.299.415	2.100.926	2.100.624	
Circulante	342.318	—	292.590	—
Não circulante.....	1.957.238	—	1.808.336	—

(*) Vide nota explicativa nº 12.1

11.1 Movimentação do Passivo de Contratos de Seguros

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Saldo inicial	2.100.926	1.611.901
Constituições decorrentes de prêmios	379.432	359.589
Atualização monetária e juros	128.662	168.653
Diferimento pelo risco decorrido.....	(317.550)	(49.922)
Aviso de sinistros	13.990	16.616
Pagamento de sinistros	(5.904)	(5.911)
Saldo final	2.299.556	2.100.926

11.2 Provisão de Sinistros a Liquidar - Judicial: A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Saldo inicial	117	501
Novas constituições no período	307	110
Baixa por alteração de estimativas ou probabilidades	(115)	(501)
Alteração por reestimativa, atualização monetária e juros (i).....	29	7
Saldo final (ii)	338	117
Quantidade de processos.....	4	1

(i) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

(ii) Não incluem saldos de DPVAT.

12. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
PMBC e PMBaC - PGBL/PRGP.....	1.958.156	1.879.524
PMBC e PMBaC - previdência	731.705	649.034
Provisão complementar de cobertura (*).....	46.915	40.258
Provisão de despesas relacionadas.....	5.365	5.026
Provisão de excedente financeiro.....	6.651	9.044
Demais provisões	10.898	8.733
2.759.690	2.591.619	
Circulante	364.845	308.254
Não circulante.....	2.394.845	2.283.365

(*) Vide nota explicativa nº 12.1

12.1 Variação da Provisão Complementar de Cobertura (PCC): Como conclusão e revisão dos modelos utilizados no TAP realizados em 31 de dezembro de 2018, houve a seguinte movimentação da PCC (vide nota explicativa nº 2.9.2):

	Dezembro de 2017	Const. - Reversão	Dezembro de 2018
Benefício concedido (previdência complementar)	40.258	11.176 (4.519)	46.915
Benefício concedido (seguros)	37	152	189
40.295	11.328 (4.519)	47.104	

12.2 Movimentação de Provisões Técnicas - Previdência Complementar

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Saldo inicial	2.591.619	2.330.888
Contribuições.....	180.796	185.890
Pagamento de benefícios.....	(29.806)	(29.417)
Atualização monetária e juros	206.020	193.480
Resgates	(141.180)	(192.942)
Portabilidades líquidas	(44.366)	70.742
Outras (constituição/reversão).....	(3.393)	32.978
2.759.690	2.591.619	

13. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS: De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Total das provisões técnicas (A)	5.059.246	4.692.545
(-) Operações com resseguradoras.....	89	235
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	89	235
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	5.059.157	4.692.310
Necessidade de ativos líquidos (*) (D)	35.482	29.855
Cotas de fundos especialmente constituídos	4.131.513	3.859.328
Cotas de fundos de investimento	891.069	808.957
Títulos de renda fixa - públicos.....	134.179	119.881
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	5.156.761	4.788.166
Excedente (E - C - D)	62.122	66.001

(*) A partir de 2014, o CNSP passou a exigir que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital Mínimo Requerido (CMR) em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2018, assim como em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 99.578, dividido em 4.379.277 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal. **(b) Reservas de Lucros: (i) Reserva legal:** A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 seu saldo era de R\$ 10.226. **(ii) Reserva estatutária:** Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, seu saldo era de R\$ 21.929 (R\$ 31.511 em 31 de dezembro de 2017). **(c) Ajustes de avaliação patrimonial:** Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (Vide nota explicativa nº 7.1.2). **(d) Dividendos:** De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. **(e) Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e margem de solvência:**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Patrimônio líquido.....	145.822	145.640
Superavit TAP	51.516	31.030
Despesas antecipadas	(1)	(1)
Créditos tributários	(7.304)	(3.620)
Patrimônio Líquido Ajustado (A)	190.033	173.049
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital de risco de subscrição	120.003	112.914
Capital de risco de mercado.....	96.219	65.390
Capital de risco operacional.....	4.354	4.029
Capital de risco de crédito.....	3.019	2.557
Efeito da correlação entre os capitais de risco	(46.184)	(35.616)
Total de capital de risco (II)	177.411	149.274
Capital Mínimo Requerido (maior entre I e II) (B)	177.411	149.274
Suficiência de capital (A - B)	12.622	23.775

15. RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
VGBL e VRGP	342.926	318.274
PGBL	143.780	145.845
Tradicional	20.071	21.617
506.777	485.736	

16. PRÊMIOS GANHOS

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
DPVAT	23.894	28.550
Contribuições para cobertura de riscos PGBL e Tradicional.....	16.945	18.428
Prêmios diretos VGBL	12.523	12.765
Variações das provisões técnicas	(1.980)	(533)
51.382	59.210	

17. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2018		Dezembro de 2017	
	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)
DPVAT	(18.669)	81,3		

